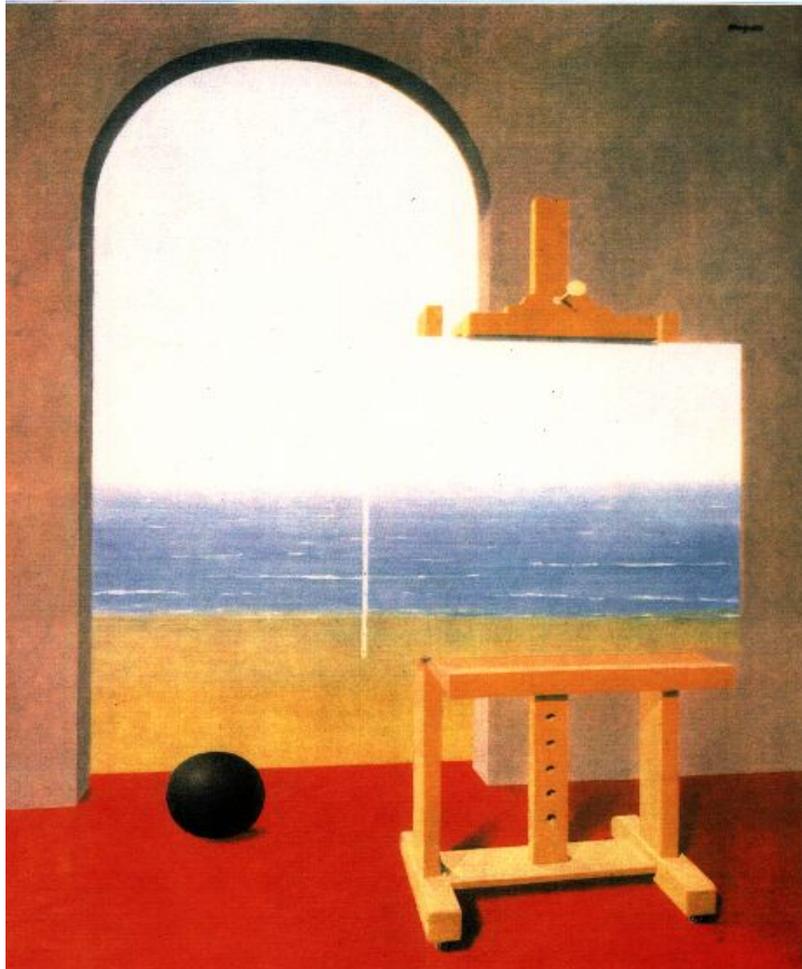


Figura 3



René Magritte. *La Condition Humaine*. 1935. Óleo sobre tela. 100 X 81 cm. Genebra, Coleção Simon Spierer.

## NATUREZA DOS TIPOS DE ESTRUTURAS SINTÁTICAS LATINAS

José Mario Botelho (FFP-UERJ e ABRAFIL)

### RESUMO

Para este estudo da morfossintaxe da língua latina, valorizamos a relação que se estabelece entre termos das estruturas lingüísticas das odes do Líber Primus, de Horácio, considerando as estruturas de base, sob a concepção da existência de uma ordem natural.

É que sendo o latim uma língua de declinações e, em conseqüência disso, não sendo obrigatória a ordem dos termos na frase, de certo, a definição de uma padronização quanto à estruturação frasal se torna difícil. Contudo, podemos conceber uma ordem natural da língua em si, principalmente na prosa, em que se iniciava a frase com o termo nominativo (sujeito) e se finalizava com o verbo, como o fizeram Marouzeau (1953) e Ernout et Thomas (1959).

Corroborados por Marouzeau constatamos que há uma relativa liberdade na ordem das palavras nas estruturas frasais do latim, e que essa liberdade está sempre condicionada a um dos diversos fatores (de uso, de sentido, de estilo, de ritmo), em que certas leis ou tendências podem ser observadas.

**Palavras-chave:** Morfossintaxe latina, padronização frasal, colocação das palavras, ordem natural

### Introdução

Considerando a estrutura oracional do português escrito, mormente no que se refere à colocação das palavras, que se organizam em sintagmas de funções sintáticas diversas, poderíamos dizer que se trata de uma língua SVO (Sujeito-verbo-complemento), já que os seus termos se organizam preferencialmente em ordem direta<sup>1</sup>. Ou seja, há uma padronização estrutural prevista na língua portuguesa.

Entretanto, tal padronização não caracteriza a língua latina, já que, sendo ela uma língua de declinações, em que ocorriam alterações morfossintáticas, causadas pelo acréscimo de desinências casuais, conforme a função sintática que uma dada palavra exercesse na estrutura lingüística, a ordem dos termos na frase não era especialmente direta e nem se fazia obrigatória. Sobre isso afirmam Ernout et Thomas (1959.), corroborando Marouzeau<sup>2</sup>, a quem faz referência em nota de rodapé:

*A manutenção da flexão nominal tem feito com que a ordem das palavras em latim nem sempre se prenda à significação sintática, cf. acima § 10. Constatam-se, portanto, certos hábitos ou preferências que não são precisos.* (ERNOUT ET THOMAS, 1959, § 188, p. 161) (Tradução livre)

Em decorrência dessa asserção, poderíamos concluir que as palavras poderiam ser colocadas em qualquer ordem e que o resultado de ordem comunicativa seria o mesmo. Contudo, essa conclusão não é correta ou pelo menos não é conveniente, porquanto a ordenação das palavras em latim não era exatamente livre.

Em relação a essa possível liberdade, Marouzeau (1953, p. ix) observa que “se em latim a ordem das palavras é livre, ela não é indiferente, uma vez que a escolha da construção sempre é determinada ou pelo uso, ou pelo sentido, ou pelo estilo, ou ainda pelo ritmo, cuja sistematização se torna difícil de se estabelecer, embora a sua efetivação se dê sob certas leis ou tendências”. Embora o autor não esclareça a que modalidade da língua ou a que gênero de texto se refere, pode-se depreender que se refere ao texto literário, mais provavelmente à poesia, como se pode observar no seguinte fragmento:

*Explica-se, enfim, de bom grado a escolha da ordem por preocupações com a harmonia ou com a eufonia (boa reprodução dos sons), pela tendência a realizar certas formas estruturais (aproximações ou oposições, paralelismos, quiasmos). Em particular, no enunciado versificado, busca-se ou a comodidade métrica, ou um artifício que se relacione à posição inicial ou final de um termo. (MAROUZEAU, 1953, p. x) (Tradução livre)*

Principalmente, porque o autor faz uma ressalva, afirmando que no enunciado versificado particularmente se ressalta ou a comodidade métrica ou a preferência de uma colocação inicial ou final de um certo termo, como se pode constatar no fragmento supracitado.

Na prosa, por exemplo, prevalecia uma ordem natural própria da índole da língua: normalmente a frase iniciava-se com o termo nominativo (sujeito) e se finalizava com o verbo. Na poesia, em que a liberdade de colocação se nos parece mais livre, também não o é, pois o resultado de ordem comunicativa quase sempre se altera, sugerindo interpretações variadas, que caracterizam um uso estilístico.

De fato, quando a linguagem está a serviço da forma versificada, como ocorre no texto poético e em especial na poesia latina, um elemento específico para a determinação da ordem das palavras se torna fundamental: a metrificação, que faz com que a construção da frase seja considerada em função da estrutura métrica em detrimento da estrutura sintática esperada – aquela que justificaria a ordem natural da língua.

Pode, não obstante, haver entre um enunciado poético e um enunciado não-poético uma coincidente organização sintática, como também pode não haver tal coincidência ou ainda um verdadeiro conflito entre as divisões dos enunciados,

uma vez que as divisões métricas não se estabelecem da mesma forma que as divisões do enunciado não-poético.

Daí, a necessidade de se examinar a ordem natural das palavras nas estruturas oracionais latinas, considerando a ordem das palavras das estruturas oracionais denominadas regulares e a possibilidade de outras organizações a serviço da metrificação, para depois observar o comportamento das formas nominais dos verbos e os termos a que se relacionam nas estruturas das odes do Liber Primus, de Horácio, que serão o objeto da nossa análise.

## 1 – A ordem das palavras na estrutura oracional do latim

Primeiramente, convém ressaltar que em português as estruturas oracionais se organizam em sintagmas (termos sintáticos) e não exatamente em palavras<sup>3</sup>, como é comum em latim, já que nas estruturas oracionais latinas uma palavra de função periférica, não-raro e até mesmo em conformidade com uma regra de colocação, se apresenta distante do seu núcleo<sup>4</sup>.

Essa observação se faz mister em virtude de terem os sintagmas do português uma constituição diferente das estruturas latinas, a qual poderíamos considerar também sintagmas – Marouzeau (Op. cit., p. 1-31) denominou “grupos nominais” (“Les groupe nominaux”) os sintagmas nominais.

As regras de colocação das palavras que compõem os sintagmas das referidas línguas não são as mesmas. Em decorrência disso, uma colocação de uma determinada classe de palavra, contrariando a regra preestabelecida da língua portuguesa, constitui uma das figuras de sintaxe (anástrofe, hipérbato, sínquise ou prolepse), o que configura um uso estilístico, já que sempre causa um efeito expressivo.

Certamente, a mesma análise deve ser feita sobre uma estrutura latina em que se verifica uma colocação diferente daquela descrita pelos especialistas em sintaxe latina sob a denominação de “ordem natural”<sup>5</sup>.

Assim como o fez Marouzeau, o método que adotaremos na análise das estruturas sintáticas da língua latina consiste em interpretá-las, considerando as construções de base, as quais se estabelecem a partir dos grupos sintáticos, que aquele autor assim identificou: “adjetivo–substantivo”, “preposição–regime”, “cópula–atributivo”, “verbo–sujeito” e outros, sob a perspectiva do Estruturalismo.

### 1.1 – Generalidades quanto à colocação de palavras

Concebendo uma ordem natural, que se estabelece por conta da índole da língua, a estrutura latina se inicia com uma palavra em nominativo e se encerra com o verbo mais comumente na prosa. Apesar de uma relativa liberdade na poesia, muitos são os exemplos que comprovam essa ordem natural da língua latina, conforme se pode observar nos exemplos abaixo, retirados das odes de Horácio:

(01) “Nil mortalibus ardui est.” (III, 37) – “Não há nada de árduo para os mortais.”

- (02) “Quis Martem tunica tectum adamantina / digne scripserit? (...)” (VI, 13-4) – “Quem cantará digamente Marte, vestido com uma túnica dura como o diamante?”
- (03) “(...) Teucer Salamina patremque / cum fugeret, (...)” (VII, 21-2) – “Quando Teucro fugia do pai em Salamina, (...)”
- (04) “(...) / cum tu coemptor undique nobilis / libros Panaeti Socraticam et domum / mutare loricis Hiberis, / pollicitus metiora, tendis?” (XXIX, 13-6) – “(...), já que tu, que prometeras coisas melhores, visas a trocar pelas trincheiras ibéricas a família socrática e os livros do ilustre Panécio, comprados por todas as partes?”

Convém observar que, além desses acima, foram poucos os exemplos encontrados nas trinta e oito odes do Liber Primus, em que a estrutura oracional se inicia com um nominativo e termina com o verbo. Com formas verbo-nominais, além do transcrito em (04), que de fato se inicia com a conjunção, nenhum outro exemplo foi encontrado nas odes analisadas.

Ao iniciar o seu quarto capítulo, que trata das estruturas do enunciado, Marouzeau, observa que “um dos princípios mais comumente invocados para explicar a construção da frase latina é aquele que atribui um valor excepcional quer seja da posição inicial, quer seja da posição final” (Op. cit., p. 87). Também na opinião do autor a palavra que inicia a estrutura frasal é quase sempre a mais importante, mas não é exatamente a posição inicial que lhe confere tal valor, já que um determinado termo pode desempenhar um papel muito importante na frase sem que ocupe a posição inicial.

Em relação à colocação do verbo, Marouzeau (Op. cit., p. 44) afirma que “a posição final é a mais freqüente e pode ser considerada como a posição de base”. Em seguida, observa alguns casos em que o verbo, por conta de seu sentido próprio, ocupa a posição inicial, como é o caso daqueles que exprimem uma vontade, uma certeza ou uma afirmação forte. Depois faz alusão ao emprego do verbo no interior da frase, afirmando que tal colocação parece de ordinário subtrair-se de qualquer explicação.

*Tal consideração explicaria em latim a freqüente inclusão do verbo nos limites da proposição, particularmente depois de uma palavra de valoração.* (Id., ibid., p. 52) (Tradução livre)

Marouzeau assevera que os fatos latinos, no que se refere à posição que o verbo ocupa na estrutura oracional, se acomoda mal a qualquer explicação. Não se acomoda a uma explicação que fundamenta num uso antigo, nem a uma que se refira a uma tendência da língua, nem a outra que justifique o deslocamento do

verbo por força da atração de uma outra palavra com a qual se relaciona.

*Por um lado, a posição interior, longe de se apresentar como uma sobrevivência, aparece antes como certa inovação, em todo caso como um fenômeno em progresso (Cf. mais adiante § 142). Em segundo lugar, se é verdade que o verbo, no interior da frase, se liga preferencialmente a uma palavra importante ou posta em destaque.* (Id., ibid., p. 52) (Tradução livre)

Por fim, o autor assume que havia uma tendência no latim em se colocar o verbo no final da estrutura oracional e que se deve, pois, deixar de lado as diversas explicações sobre as outras colocações, embora não despreze o fato de que foi freqüente e crescente a colocação do verbo no interior das estruturas oracionais no decorrer do tempo.

Ernout et Thomas (Op. cit.), depois de afirmar que o verbo habitualmente é colocado no final da estrutura oracional<sup>6</sup>, observa que em muitas delas pode ser encontrado em outras posições, comprovando tal asserção com exemplos de César, Terêncio e Petrônio. Também encontramos nas odes analisadas um número muito grande de estruturas em que tanto o nominativo como o verbo se colocam em outras posições; poucas são aquelas em que o verbo finaliza a estrutura, e ainda assim, sem que se iniciem com o nominativo; e da mesma forma, em um número muito pequeno o nominativo inicia a estrutura oracional e, quando isso se dá, o verbo se encontra nas mais variadas posições.

A segunda posição da estrutura oracional é normalmente ocupada por uma palavra acessória, que pode ser uma complementação (termo circunstancial) do verbo ou um predicativo e, não-raro, uma conjunção, no caso das estruturas oracionais subordinadas ou coordenadas. Ernout et Thomas (Op. cit.) observam que também é muito comum a ocorrência de pronomes nessa posição.

- (05) “Quem uirum aut heroa lyra uel acri / tibia sumis celebrare, Clio?” (XII, v. 1-2) – “Que homem ou herói tu, ó Clio, escolhes para celebrar com a lira ou com a flauta aguda?”

- (06) “(...) Quae generosius / perire quaerens nec muliebriter / expauit ense (...)” (XXXVII, v. 20-1) – “Ela, desejosa de morrer mais dignamente, nem temeu, à maneira das mulheres, a espada (...)”

Poucas foram as estruturas encontradas com essas características nas odes horacianas, pois o segundo termo pode ser de qualquer tipo, mesmo quando a estrutura se inicia com nominativo. E quando se trata de estruturas oracionais subordinadas, é a conjunção que as inicia na maioria das ocorrências.

- (07) “(...) dum pudor / inbellisque lyrae Musa potens uetat / laudes egregii Caesaris

et tuas / culpa deterere ingeni.” (VI, v. 9-12) – “(...), quando a timidez e a musa soberana de minha lira imprópria para a guerra se opõem a diminuir, por falta de gênio, as glórias do egrégio César e as tuas.”

O vocativo, que é uma frase nominal, é ordinariamente posposto à estrutura oracional. No entanto, por ser uma estrutura independente, pode ser colocado em outras posições como ocorre no português; até mesmo no interior de uma estrutura oracional.

- (08) “(...), neu sinas Medos equitare inultos / te duce, Caesar.” (II, v. 51-52) – “(...) e nem permitas, sendo tu o chefe, galoparem os medos impunes, ó César.”
- (09) “Nos, Agrippa, neque haec dicere nec grauem / Pelidae stomachum (...) / conamur, tenues grandia, (...)” (VI, v. 5-9) – “Nós, Agripe, fracos, não tentamos celebrar estas grandiosidades nem a rigorosa cólera do filho de Peleu, (...)”
- (10) “(...). O beate Sesti, / uitae summa breuis spem nos uetat inchoare longam.” (IV, v. 14-5) – “Ó afortunado Séstio, a breve totalidade da vida impede-nos de conceber uma longa esperança.”

## 1.2 – Estruturas com determinante (Dte) e determinado (Ddo)

Quanto à relação do determinante (termo periférico, do tipo adjetivo) com o determinado (termo nuclear), observa-se que é natural a sua colocação anterior ao termo a que se refere – o seu núcleo. Essa relação constitui um dos grupos nominais, de que trata Marouzeau (Op. cit.), definindo-o como a união de dois termos nominais, dos quais um é o determinado – o núcleo de natureza substantiva – e o outro, o determinante – o periférico de natureza adjetiva.

Assim, o adjetivo precede o substantivo na maioria das vezes. Contudo, caso o adjetivo tenha valor de uma determinação atributiva, como é o caso dos participios como em (12), ou sirva para classificar uma categoria, normalmente sucede o substantivo.

- (11) “(...), / defluit saxis agitatus (Dte) umor (Ddo), / (...)” (XII, v. 28) – “(...), a água agitada escorre do rochedo, (...)”
- (12) “(...) neu populus (Ddo) frequens (Dte) / ad arma cessantis, ad arma / concitet imperiumque frangat.” (XXXV, v.15-7) – “(...) e que o povo numeroso não excite às armas quem descansa, às armas e arruinem o império.”

Marouzeau observa que a determinação feita por um adjetivo pode ser de dois tipos: qualificativo ou discriminativo. Constitui uma qualificação quando faz referência às noções de grau, de beleza, ou de outros julgamentos de valor; uma discriminação, quando exprime uma característica distintiva do ser, relativa a sua

natureza, ou função ou constituição psíquica. O autor assevera que o adjetivo qualificativo tende a preceder o núcleo substantivo a que se refere, enquanto o adjetivo discriminativo o sucede. Em seguida, faz referências ao valor ocasional do adjetivo, uma vez que nem sempre se pode observar nitidamente a diferença entre esses dois valores. Quanto a isso, o autor ressalta o fato de certos adjetivos comumente utilizados como discriminativos assumirem o valor qualificativo quando precede o seu núcleo substantivo. Sobre esse emprego intencional, afirma o seguinte:

*Para um romano, o preconceito nacional faz com que os patronímicos ‘Romanus’ e ‘Graecus’, portanto discriminativos, sejam empregados mais frequentemente, um como enaltecedor, outro como depreciativo, logo, como qualificativos. O resultado, é que eles tomam muitas vezes o lugar de um qualificativo, diante de seu núcleo substantivo. (Id., ibid., p. 5)*

Como se pode constatar na afirmação supracitada, é a natureza da expressividade que direciona a escolha da colocação daquele tipo de adjetivo – adjetivos étnicos – por parte do usuário. Se a intenção do usuário era a pejoração ou a valorização de um desses adjetivos étnicos, que de modo geral são discriminativos, a ordem esperada deixava de acontecer e se estabelecia a inversão. O mesmo acontecia com os adjetivos derivados de nomes de grandes personagens (Ex.: “O Socrates et Socratici uiri!” – “Ó Sócrates e homens socráticos) e com qualquer adjetivo discriminativo que enunciava uma característica susceptível de ser interpretada como depreciativa ou valorativa (Ex.: “o ferrum scriptorem!” – “Ó escritor duro como um ferro!”). Assim, nesses casos, a ordem esperada é a ordem rara, e a ordem excepcional passa a ser a ordem frequente.

Quanto ao participio, que normalmente funciona como determinante de um núcleo substantivo, o autor ressalta que a seu posicionamento em relação ao núcleo a que se refere depende de sua natureza temporal: o participio, por exemplo, afirma o autor, normalmente pospõe o seu núcleo, uma vez que praticamente pertence à categoria dos discriminativos. E como tal, pode assumir o valor qualificativo e antepor o núcleo substantivo a que se refere. Também pode, como discriminativo, assumir valores afetivos com pejoração ou valorização e ser empregado como qualificativo anteposto ao núcleo com o qual se relaciona.

Contudo, outras arrumações, como por exemplo a interposição de um ou mais elementos entre o determinante e o determinado, podem ocorrer. Nas odes horacianas, deslocamentos de uma das palavras da estrutura oracional e até mesmo de uma outra estrutura, criando disjunções, são comuns. Além dos exemplos abaixo, em que se pode verificar uma disjunção (“patrios agros” e “Thracio uento”, respectivamente), um número muito grande de estruturas com o fenômeno foram

encontradas:

- (13) “Gaudentem patrios (Dte) findere sarculo / agros (Ddo) Attalicis condicionibus / nunquam demouneas, (...)” (I, v. 11-3) – “Que nunca afastes, em condições de Átalo, quem se alegra em abrir os campos pátrios com a enxada, (...)”
- (14) “(...) Thracio (Dte) bacchante magis sub inter- / lunia uento (Ddo), / (...)” (XXV, v. 9-12) – “(...), enquanto o vento da Trácia mais se agita sob o interlúcio.”

Quando o determinante se compõe de mais de uma palavra (determinante desenvolvido do tipo: “(...) et praeceps Anio ac Tiburni lucus et uda / mobilibus pomaria riuus.” (VII, v. 13-4) – “e os pomares banhados pelos móveis rios”) é comum serem colocados entre o seu núcleo (do determinante desenvolvido) e o núcleo substantivo a que se refere os outros termos que compõem o determinante desenvolvido ou um dos termos, numa estruturação em quiasmo, como no exemplo citado.

### 1.3 – Colocação do adjetivo atributivo

O atributivo (adjetivo em função de predicativo do sujeito) precede o verbo “esse” (“ser”). Segundo Ernout et Thomas (Op. cit.), a ocorrência de estrutura em que o atributivo pospunha o verbo caracterizava inicialmente um uso expressivo, mas que se tornou mais tarde um uso comum. De todas as odes analisadas, por mais estranho que possa parecer, foram encontradas apenas duas estruturas oracionais com atributivo e “esse”. Em uma delas se pode observar um atributivo posposto ao verbo.

- (15) “Quamquam festinas, non est mora longa; (...)” (XXVIII, v. 35) – “Embora tu te apresses, a demora não é longa.”

Na outra estrutura, em virtude de uma certa complexidade, preferimos traduzi-la como uma estrutura de verbo impessoal de existência (“Nil mortalibus ardui est” (I, v. 37) – “Não há nada de árduo para os mortais!”).

Encontramos estruturas com as expressões fixas “opus est” (“é necessário”) e “est nefas” (“é sacrilégio”) e algumas, em que o nominativo em função de predicativo é um nome substantivo ou um pronome.

### 1.4 – Colocação do substantivo

O complemento determinativo (Dtivo) em genitivo, que é uma função adjetiva, normalmente precede o núcleo substantivo (Ddo) ao qual se refere, embora não-raro apareça posposto ao substantivo; nas fórmulas de filiação, como nos exemplos a seguir, o termo em genitivo sempre precede o seu núcleo substantivo, enquanto o termo em genitivo explicativo geralmente é colocado após o seu núcleo

substantivo.

Marouzeau (Op. cit.) observa que, no caso de o complemento determinativo ser usado com valor discriminativo (referências a um determinado indivíduo ou a um grupo ou espécie), antecede o núcleo substantivo a que se refere. Também observa que há casos de expressões usuais do tipo “pater familias” e “tribunus plebis”, em que o complemento determinativo pospõe o seu núcleo.

Em caso de o núcleo se fazer acompanhado de um adjetivo (Dte), o complemento determinativo (Dtivo) se coloca entre o determinante e o determinado, como em (16):

- (16) “audax Iapeti genus / ignem fraude mala gentibus intulit” (III, v. 27-8) “O audaz filho de Japeto (Prometeu) trouxe o fogo aos povos por um erro funesto.”
- (17) “Occidit et Pelopis genitor, (...), / et Iouis arcanis Minos admissus (...)” (XXVIII, v. 7-9) – “Do mesmo modo morreu o pai de Pélops, (...), e Minos, que foi admitido nos segredos de Júpiter, (...)”

O complemento em dativo – correspondente, na maioria dos casos, ao objeto indireto do português – precede normalmente o complemento em acusativo – correspondente, na maioria dos casos, ao objeto direto do português –, e ambos precedem o verbo. Nas odes analisadas, tal comportamento nada tem de regular; a incidência de deslocamentos e inversões entre os termos é efetiva, como se pode observar em (18), em que a disjunção dos termos “ingrato otio” (em dativo) e “celeris uentos” (em acusativo) estão dispostos em forma de quiasmo, sendo separados pela flexão verbal (“abruit”).

- (18) “(...), ingrato celeris obruit otio / uentos ut caneret fera / Nereus fata: (...)” (XV, v. 3-5) – “(...), cobriu Nereus os rápidos ventos de uma calma ingrata para que profetizasse as terríveis perdições: (...)”

A complementação em ablativo geralmente precede o verbo a que se refere, sendo às vezes separada do verbo pelos seus complementos. Em Horácio, assim como ocorre com os complementos, a complementação em ablativo pode ser colocada em outras posições, como no seguinte exemplo:

- (19) “(...), cur perirent / funditus inprimeretque muris / hostile aratrum exercitus insolens.” (XVI, v. 19-21) – “(...), porque pudessem rapidamente e um insolente exército firmasse um arado inimigo além dos muros.”

A aposição a núcleos substantivos normalmente é feita com a posposição do termo apositivo – aposto – ao núcleo substantivo a que se refere.

(20) “(...) / grata detinuit compepe Myrtale / libertina, fretis acrior Hadriae / curuantis Calabros sinus.” (XXXIII, v. 14-6) – “(...), a agradável Mirtale, uma libertina, mais violenta que as ondas do Mar Adriático, dobrando as enseadas da Calábria, me prendeu com algemas (numa paixão).”

A anteposição do aposto caracteriza um uso expressivo; foram encontrados nas odes analisadas quatro exemplos. Em (21), pode-se observar a antecipação de “Maecenas” em relação ao núcleo substantivo “eques”, para o qual funciona como aposto; em (22), ocorrem dois termos em função de aposto: “mares”, em relação a “uos” e “natalem”, em relação a “Delon”, numa estrutura complexa, em que se estabelece um quiasmo com disjunção.

(21) “(...), datus in theatro / cum tibi plausus, / care Maecenas eques, (...)” (XX, v. 3-5) – “(...), quando o aplauso foi dado a ti no teatro, ó estimado cavaleiro Mecenas.”

(22) “uos Tempe totidem tollite laudibus / natalemque, mares, Delon Apollinis (...)” (XXI, v. 9-10) – “Vós, os machos, celebrai exatamente com tanto de louvores o vale Tempe e Delos, pátria de Apolo (...)”

#### 1.5 – Colocação dos pronomes

Os pronomes demonstrativos em função adjetiva habitualmente são colocados antes do núcleo substantivo a que se referem, enquanto os pronomes possessivos são colocados depois do seu núcleo. A ordem inversa desses elementos põe o núcleo em evidência e caracteriza um uso expressivo, conforme ressaltam Ernout et Thomas (Op. cit.).

Marouzeau (Op. cit., p. 17), contudo, afirma que tanto os demonstrativos como os possessivos, que se assemelham aos adjetivos discriminativos, ocupam quase sempre a segunda posição em relação ao seu núcleo substantivo.

Ambas as ordens foram evidenciadas nas odes analisadas, porém o exemplo abaixo selecionado se nos parece interessante, pois não só ocorre a anteposição do pronome possessivo como também foi colocada a forma verbo-nominal (“rumpere”) entre ele e o seu núcleo substantivo (“tuas nuptias”), além da posposição do adjetivo “uetus” ao núcleo substantivo “regnum”, com a interposição de “Priami”. Os dois casos (de disjunção no primeiro e hipérbato no segundo) criam um efeito expressivo.

(23) “(...): ‘Mala ducis aui domum / quam multo repetet Graecia milite, / coniurata tuas rumpere nuptias / et regnum Priami uetus.’” (XV, v. 5-8) – “Com mau agouro, tu conduzes para casa aquela a quem, com exército numeroso, reclamará a Grécia, conjurada para romper tuas núpcias e o velho reino de Príamo.”

Quanto à colocação dos demais pronomes, Marouzeau observa que normalmente ocupam a primeira posição, como o fazem os adjetivos em geral.

#### 1.6 – Colocação do advérbio

Em princípio, assim como ocorre no português, o advérbio latino goza de uma considerável liberdade e pode, portanto, figurar em diferentes posições na estrutura oracional. Marouzeau também observou essa característica do advérbio latino.

O autor afirma, ainda, que o advérbio pode fazer referência a um enunciado inteiro, sem se prender a um termo em particular. Nesse caso, pode ser colocado em qualquer lugar na estrutura oracional.

Não obstante, o advérbio, que funciona como adjunto adverbial, é comumente colocado imediatamente antes do termo que modifica (um adjetivo, ou um verbo, ou um outro advérbio), salvo certos advérbios como “fere” e “potius” no sentido de “somente” que, de ordinário, pospõem o termo ao qual fazem referência. Quando modificam verbos transitivos, os complementos do verbo normalmente são colocados entre o advérbio (que aparece na primeira posição) e o verbo. Não-raro, porém, a serviço da métrica ou da expressividade, são colocados no início ou no final da estrutura.

(24) “(...), saepe disco / saepe trans finem iaculo nobilis expedito?” (VIII, v. 10-1) – “(ele que é) famoso muitas vezes com o disco, muitas vezes com o dardo livre para além do alvo?”

(25) “Inuicem moechos anus arrogantis / flebis in solo leuis angiportu / (...)” (XXV, v. 9-10) – “Por sua vez, envelhecida, tu, fútil, deplorarás os homens devassos numa solitária viela, (...)”

#### 1.7 – Colocação da preposição

Primeiramente, convém ressaltar, como o faz Marouzeau, que o termo denominado preposição originou-se no latim da classe dos advérbios; no enunciado, tem uma função sintático-semântica por precisar relações de tempo, lugar, causa, entre outras circunstâncias, mais ou menos como o fazem os advérbios.

Na época clássica, a natureza adverbial de uma dada preposição era ainda mais sentida em formas fixas. Com o passar do tempo, contudo, o termo em emprego preposicional ganha uma certa mobilidade:

*Mas, com o passar do tempo, o termo preposicional surge como regente de uma palavra cuja função define; daí, a constituição de um grupo sintático no interior daquele grupo se pode observar com as variações de ordem.* (Id., *ibid.*, p. 62) (Tradução livre)

Normalmente a preposição inicia o grupo sintático de que faz parte. As

preposições monossilábicas, por exemplo, são de modo geral seguidas imediatamente pelo seu regime. As preposições dissilábicas, no entanto, têm emprego diferente, mais autônomo: freqüentemente pospõem o pronome relativo (“quem propter”, “quam circum”, etc.); muito raramente pospõem um substantivo; as que compõem uma estrutura com o “que” (“circumque”, “praeterque”, “ultraque”, etc.), em que ocorre a intercalação de “que”. As dissilábicas de formação mais recente, em que o valor adverbial é amenizado, gozam de uma considerável liberdade de colocação, como é o caso de “circa”, “contra”, entre outras. As preposições dissilábicas “causa” e “gratia” raramente antepõem o termo regido.

Marouzeau observa que, de modo geral, a preposição se coloca entre os elementos de uma composição de regime complexo (estruturas em que se coordenam elementos), e que a intercalação da preposição (em um dos termos da composição) é rara tanto para as monossilábicas quanto para as dissilábicas.

Quando a preposição determina dois termos que se relacionam, como é o caso do sintagma constituído de um nome substantivo e seu determinante ou predicativo, a preposição pode encaixar-se entre os constituintes do sintagma. No caso de o determinante preceder o determinado, a intercalação da preposição é freqüente.

Ambos os usos são largamente encontrados nas odes horácianas analisadas, como no exemplo abaixo em que os dois empregos ocorrem:

(26) “(...) / aut in umbrosis Heliconis oris / aut super Pindo gelidouie in Haemo?”  
(XII, v. 6-7) – “(...) ou nas sombrias regiões do Helicon ou sobre o Pindo ou no gelado Hemo?”

Apesar de essas ordens de palavras ocorrerem com mais freqüência na língua latina, estruturas com outras ordens podem ser encontradas com uma certa facilidade, mormente na poesia, em que o poeta tem muito mais responsabilidade com a métrica e com a beleza e expressividade das estruturas lingüísticas.

Logo, quebras na ordem que poderíamos considerar regular ou natural podem ser observadas na prosa e, sobretudo, na poesia. Naquela, muitas das vezes constituem quebras aparentes, como é o caso de estruturas em que ocorrem seqüências fixas com um significado específico, como é o caso de “opus est” e “est nefas”; na poesia, em que tais seqüências fixas também ocorrem, como constatamos nessas odes horácianas, as quebras da ordem natural apresentam sobremaneira matizes estilísticos, já que normalmente um deslocamento ou uma inversão de termos são feitos pelo artista de forma intencional e com o objetivo de criar um efeito expressivo.

#### Considerações finais

Como se pôde observar, apesar de a língua latina apresentar uma certa

liberdade no que se refere à colocação dos termos na frase, especialmente na poesia, pode-se dizer que havia uma certa padronização na ordem dos termos, à semelhança da ordem natural da prosa, cujas estruturas sintáticas se iniciavam com o termo nominativo (sujeito) e se finalizavam com o verbo, como demonstramos.

Nas odes horácianas, contudo, tal padronização praticamente não existe, como se pôde constatar nos exemplos descritos acima e em tantos outros. As odes de Horácio, portanto, se apresentam variadíssimas no que se refere à colocação dos termos na frase.

Corroborados por Marouzeau (Op. cit.) constatamos que há uma relativa liberdade na ordem das palavras nas estruturas frasais do latim, e que essa liberdade está sempre condicionada a um dos diversos fatores (de uso, de sentido, de estilo, de ritmo), em que certas leis ou tendências podem ser observadas.

Embora não seja a nossa pretensão esgotar o tema, concluímos que há uma relativa liberdade de colocação dos termos, em expressões do nome verbal, na poesia e que, nela, o resultado de natureza comunicativa quase sempre sugere interpretações variadas, que caracterizam um uso estilístico.

Certo da complexidade do tema e da necessidade de uma análise mais aprofundada não só da linguagem de Horácio nas suas diversas obras como também da linguagem nas obras de outros autores latinos, julgamos ser o presente trabalho uma contribuição para os interessados no assunto, sobre o qual muito ainda há para se pesquisar.

#### Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Fernando de. *Pequeno Dicionário Latim-Português*. 5a.ed., São Paulo: Nacional, 1954.
- BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela análise sintática*. 13. ed., Rio de Janeiro: Lucerna, 1983.
- BISOL, Marcel. *Syntaxe Latine*. Paris: Librairie Vuibert, 1984.
- BRITO, Gilda S. de. *Lições de Latim*. 6. ed., Rio de Janeiro: [s.n.], 1982.
- CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação: Confrontos e contrastes*. 5. ed., São Paulo: Ática, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Morfossintaxe*. 7. ed., São Paulo: Ática, 1998.
- CART, A. et al. *Gramática Latina. Tradução e adaptação de M. Evangelina V. N. Soeiro*. São Paulo: EDUSP, 1986.
- CLIMENT, Mariano Bassols de. *Sintaxis Latina*. 4. Reimpresion, Madrid: 1973. v. I e II.
- ERNOUT, A. *Morphologie historique du latin*. Paris: C. Klincksieck, 1953.
- ERNOUT, A.; THOMAS, F. *Syntaxe latine*. 2. éd., 2. triage, Paris: C. Klincksieck, 1959 (Nouvelle Collection a l'Usage des Classes; 38).
- FARIA, Ernesto. *Gramática da língua latina*. 2. ed., Brasília: FAE, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário escolar latino-português*. 3. ed., Brasília: MEC, 1962.
- HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Sintaxe Portuguesa: para a linguagem culta contemporânea*. 2. ed., Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2003.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 2. ed., São Paulo: Ática, 1986.

MAROUZEAU, J. *L'Ordre des mots en latin*. Paris: Les Belles Lettres, 1953.

\_\_\_\_\_. *L'Ordre des mots dans la phrase latine*. Paris: Les Belles Lettres, 1949.

\_\_\_\_\_. *Traité de stylistique latine*. 10. ed., Paris: Les Belles Lettres, 1946.

\_\_\_\_\_. *Introduction au latin*. Paris: Les Belles Lettres, 1941.

PONTES, Eunice Souza Lima. *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

RIBEIRO, Manoel Pinto. *Nova Gramática da Língua Portuguesa*. 16. ed., Rio de Janeiro: Metáfora, 2006.

SILVA, Amós Coelho da; MONTAGNER, Airto Ceolin. *Dicionário Latino-Português*. 2. ed., Rio de Janeiro: Amós Coelho da Silva e Airto Ceolin Montagner, 2007.

VILLENEUVE, F. Odes e épicos. Horácio. Paris: Societé D'édition "Les Belles Lettres", 1946.

## Notas

<sup>1</sup> Sobre a ordem direta da língua portuguesa, confira Pontes (1987).

<sup>2</sup> Ernout et Thomas nos remete aos estudos de Marouzeau, sobre a ordem das palavras na frase latina (MAROUZEAU, 1922; 1938; 1949).

<sup>3</sup> Confira Perini (2001, p. 42-5 e 2006, p. 45-6) e Carone (1998, p. 46-50).

<sup>4</sup> Confira Ernout et Thomas (1959, p. 161-3), Marouzeau (1953) e Garcia (2000, p. 30-2).

<sup>5</sup> Ernout et Thomas (Op. cit.) e Marouzeau (Op. cit.) denominam "ordem preferencial ou habitual".

<sup>6</sup> O autor utiliza o vocábulo "phrase" ("frase"), que foi substituído por "estrutura oracional" por questões puramente didáticas, uma vez que entendemos serem diferentes as noções de cada uma dessas estruturas léxicas: a frase é todo enunciado de sentido completo, enquanto a estrutura oracional é qualquer estrutura que contém verbo.

## O DESJARRETAMENTO DE JACÓ

Profa. Dra. Suzana Chwartz (USP - Universidade de São Paulo)

### RESUMO

Neste estudo analiso momentos da trajetória do patriarca Jacó a partir do momento em que se torna Israel. Tal percurso, que tem seu início em Gn 34 e seu desfecho em Gn 49, é marcado por um processo de fragilização do patriarca em relação a seus filhos e os habitantes da terra. Conhecido, em outros episódios, por sua sinuosidade e astúcia, Jacó emprega, em suas falas, uma terminologia específica que se relaciona - semântica e tematicamente - à idéia de infertilidade. Desjarretar significa cortar o tendão de um animal, diminuindo sua força vital, e indiretamente, sua potência e fertilidade.

**Palavras-chaves:** Bíblia Hebraica, Infertilidade, Patriarcas, Filhos de Israel, Siquém.

Episódio I : Jacó ganha o nome Israel e perde sua perfeição física

A tradição em Gn 32, onde se lê a respeito de um certo nervo na coxa de Jacó, ferido durante a sua luta com um adversário noturno e sobrenatural, vem explicar o costume hebreu de proibir que se coma o nervo correspondente.

Gaster<sup>1</sup> comenta que tanto a tradição quanto o costume encontram paralelos entre algumas tribos de índios norte-americanos, que deceparam e jogam fora os tendões do veado. Os índios Cherokee explicam essa prática de duas formas, ambas condizentes com os princípios da mágica contagiosa. A primeira explicação baseia-se num princípio de semelhança: se alguém come um nervo que encolhe, o mesmo acontecerá com o nervo correspondente em seu corpo. A segunda explicação, também baseada em mimetismo, dá um passo a mais: se o veado não pode andar por causa da destruição do nervo, aquele que o destrói será acometido pela mesma limitação.

Gaster afirma que a narrativa do Gênesis fornece uma sanção religiosa para uma regra que muito provavelmente era baseada em mágica contagiosa.

A coxa era considerada, na Antiguidade, o sítio da procriação. Segundo a mitologia grega, Dionísus nasceu da coxa de Zeus. De acordo com o pensamento antigo, um homem machucado severamente na coxa não será capaz de produzir progênie.<sup>2</sup>

Em Gn 32:26, lemos que o ser noturno, ao dar-se conta de que não poderia vencer Jacó, toca na articulação de sua coxa – wayigga<sup>3</sup> bekha<sup>4</sup>- yerekho. Westermann argumenta que há um toque de mágica nesse gesto, e que o tabu alimentício provavelmente tem sua explicação no fato de a coxa pertencer à área reprodutiva.<sup>3</sup>

A combinação entre gid hanaseh e kaf hayarekh (Gn 32:33) ocorre apenas nesse versículo, mas o termo gid aparece outras vezes como nervo ou tendão. É geralmente identificado como nervus ischiadicus, que significa tendão do nervo na junta da coxa.<sup>4</sup>